

**Jornalismo e meio ambiente:
uma análise sob a perspectiva sistêmica e de continuidade no Jornal Nacional**

*Journalism and environment:
an analysis from a systemic and continuity perspective in the Jornal Nacional*

Clara Fernandes MADRUGA¹
Verônica Almeida de Oliveira LIMA²

Resumo

O presente artigo procura descrever como o telejornalismo, em particular, o Jornal Nacional (JN), vem abordando e contribuindo para a exposição de temas voltados para a pauta ambiental. Para isto, é incorporado o estudo de caso, sendo analisados os períodos compreendidos entre 1 e 6 de novembro de 2021, 15 e 20 de novembro de 2021 e 7 e 12 de fevereiro de 2022, tendo a primeira semana ocorrida, simultaneamente, à realização da COP-26, implementando a utilização de um roteiro de observação para padronizar a análise de cada edição do telejornal. Verificou-se que a pauta ambiental foi ao ar em todas as edições analisadas e que o noticiário, embora ainda apresente fragmentação em certas abordagens da sua cobertura, consegue também exibir reportagens que carregam consigo alguns dos pressupostos básicos do jornalismo ambiental, evidenciando a reflexão às causas, consequências e soluções dos problemas.

Palavras-chave: Jornalismo especializado. Jornalismo ambiental. Meio ambiente. Pautas ambientais. Telejornalismo.

Abstract

This article seeks to describe and understand how television journalism, in particular Jornal Nacional (JN), has been approaching and contributing to the exposition of themes focused on the environmental agenda. For this, the case study is incorporated, analyzing the periods between November 1 and 6, 2021, November 15 and 20, 2021 and February 7 and 12, 2022, with the first week occurring simultaneously with the COP -26, implementing the use of an observation script to standardize the analysis of each edition of the newscast. It was found that the environmental agenda was aired in all editions analyzed and that the news, although it still presents fragmentation in certain approaches to its coverage, is also able to show reports that carry with them some of the basic assumptions of the environmental journalism, evidencing the reflection on the causes, consequences and solutions to problems.

Keywords: Specialized journalism. Environmental journalism. Environment. Environmental agendas. Telejournalism.

¹ Graduada em Jornalismo pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).
E-mail: clarafmadruga@gmail.com

² Doutora em Ciências da Educação. Professora do Departamento de Comunicação Social, da Universidade Estadual da Paraíba. E-mail: veronicaoliveira@servidor.uepb.edu.br

Introdução

No princípio, o jornalismo voltado para o meio ambiente surgiu vinculado ao jornalismo científico, como uma espécie de subgênero, e depois passou a se desprender desse título, pois foi adquirindo características conceituais próprias, que divergiam em certos pontos das bases de um jornalismo voltado à ciência (BELMONTE, 2017). Sustentado pelo fato de informar com qualidade, Girardi, Saft e Steigleder (2021) salientam a responsabilidade do jornalismo ambiental (JA) estar associada, especialmente, ao processo de promover uma mudança de pensamento, fomentando uma consciência ambiental que é a favor da vida e reconhece a sistematização do meio ambiente, onde uma coisa está ligada a outra.

Tendo em vista que o jornalismo ambiental não pode ser tratado de forma superficial e fragmentada, pois se pressupõe que a ênfase na contextualização, estabelecendo uma explicitação entre causas, consequências e soluções, alicerça aqueles que o praticam, perguntamos: como as pautas ambientais estão sendo tratadas pelos telejornais brasileiros, especificamente o Jornal Nacional (JN), da TV Globo?

Programa jornalístico tradicional da emissora, o JN procura veicular as principais notícias do Brasil e do mundo, portanto, trata-se de um veículo não especializado, que faz a cobertura de inúmeras temáticas relacionadas à política, saúde, esporte, meio ambiente, economia, educação etc. Esta pesquisa tem como objetivo principal analisar como esse telejornal vem abordando as pautas relacionadas ao meio ambiente. Para isto, discute a relação existente entre jornalismo especializado e jornalismo ambiental, exteriorizando pontos de vista que auxiliam na percepção de um jornalismo educador e mobilizador.

Como metodologia, utilizamos o estudo de caso, a partir do recorte de três semanas do telejornal. A coleta de dados foi feita a partir da plataforma digital de *streaming* da Globo, a Globoplay, e a descrição e análise do material foi guiada por um roteiro de observação.

Relação entre jornalismo especializado e jornalismo ambiental

No que se refere ao jornalismo especializado, Frederico Tavares (2012) demonstra que essa área, embora possua registros históricos datados em meados da primeira metade

do século XX³ nos Estados Unidos, começou a ter uma maior incidência e relevância a partir dos anos de 1950. Isso ocorreu, principalmente, devido a um público cada vez mais segmentado, em busca de informações não tão gerais, mas com melhor qualidade e aprofundamento (TAVARES, 2012).

O jornalismo especializado exige do jornalista um maior nível de conhecimento referente à expertise temática, por isso, muitos destes profissionais procuram capacitação para que se possa compreender conceitos e aprimorar a cobertura da área em que estão inseridos (BUENO, 2015). Esta formação específica possibilita ao jornalista apurar seu discernimento para ser mais criterioso quanto as suas fontes, não ser um total dependente de seus discursos e conseguir avaliar o jogo de interesses que possam vir a existir, não se limitando tão somente às vozes de especialistas, consideradas fontes oficiais, mas tendo a sensibilidade de incluir mais indivíduos, podendo amplificar e diversificar o debate (BUENO, 2015).

A jornalista Eliane Lima (online) acredita que “aliada às melhores concepções éticas e políticas, a especialização é uma garantia de um jornalismo a serviço da população”. Ao considerá-lo como um jornalismo que difere daquele mais generalista, o pesquisador Wilson Bueno (2015) traz uma definição sobre jornalismo especializado, o posicionando como

A prática profissional e também a subárea de estudos e pesquisas em Jornalismo que contemplam o processo de produção jornalística voltado para a cobertura qualificada de temas específicos. Ele se manifesta a partir de fontes reconhecidas como competentes e autorizadas em determinadas áreas de conhecimento, e pela apropriação de um discurso especializado, que incorpora termos e expressões comuns (e muitas vezes exclusivos) dessas áreas. Na maioria dos casos, o Jornalismo Especializado se localiza em espaços (páginas, cadernos, programas, portais etc.) determinados, seja como resultado do trabalho individual de profissionais (jornalistas ou não) capacitados para exercê-lo, seja como fruto do trabalho de um grupo de profissionais, reunidos em editorias específicas (BUENO, 2015, p. 283).

Bueno (2015) também reflete sobre o que os críticos argumentam a respeito do jornalismo especializado, afirmando que o que sustenta a especialização já é de praxe do jornalismo, ou seja, não tem nada de novo.

³ Para o pesquisador Wilson Bueno (2015, p. 280), o jornalismo especializado pode ser considerado uma prática ainda mais antiga, anterior ao século XX, “com um número significativo de iniciativas em todo o mundo, inclusive no Brasil”.

Ao citar Moral e Ramírez (1993) em sua tese de doutorado, Belmonte (2020, p. 70) observa que os profissionais que embarcam na jornada da especialização devem prosseguir por uma contínua formação, pois isso os levará a ter uma “abordagem em profundidade e qualidade”. E dentre as várias especializações exercidas na prática jornalística, está o Jornalismo Ambiental que, no Brasil, passou a firmar raízes após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992, o que influenciou a realização de inúmeros eventos destinados ao aprofundamento na temática ambiental (BELMONTE *et al.*, 2020).

Antes de maiores explicações sobre o que compete ao JA, deve-se esclarecer o que se entende hoje por Meio Ambiente e o que pode ser extraído a partir dele:

Meio ambiente é o complexo de relações, condições e influências que permitem a criação e a sustentação da vida em todas as suas formas. Ele não se limita apenas ao chamado meio físico ou biológico (solo, clima, ar, flora, fauna, recursos hídricos, energia, nutrientes, etc.), mas inclui as interações sociais, a cultura e expressões/ manifestações que garantem a sobrevivência da natureza humana (política, economia, etc.) (BUENO, 2007, p. 35).

Em outras palavras, o debate não trata apenas da visualização de animais e/ou florestas como possíveis abordagens, mas gira em torno dos elementos que se percebem dentro do meio, inclusive seres humanos. Tudo está interligado e conectado, por isso é necessário trabalhar na população um novo despertar para a conscientização ambiental e saber identificar como um elemento interfere no outro (TEIXEIRA, 2012). Conforme o jornalista André Trigueiro (2003)⁴, “trata-se de um assunto tão rico e vasto que suas ramificações atingem de forma transversal todas as áreas do conhecimento” (TRIGUEIRO, 2003 *apud* TEIXEIRA, 2012, p. 3).

Quem também contribui com essa discussão é o jornalista e biólogo Eduardo Geraque (2004, p. 79-80), colocando em questão que se o jornalista ambiental pretende “enxergar o problema com todas as suas nuances e transversalidades”, ele precisa “mergulhar no assunto”, não se conter com as fontes oficiais e limitadas ou ter a visão de um mero espectador, mas, sim, saber tecer os fatos e opiniões, com uma perspectiva sistêmica, sem recortes ou fragmentos. De acordo com Bueno (2007, p. 36), o JA deve ser tratado, primeiramente, como jornalismo e “deve ter compromisso com o interesse

⁴ André Trigueiro é repórter do Jornal Nacional e também está inserido na escalada de apresentadores do telejornal aos sábados.

público, com a democratização do conhecimento, com a ampliação do debate [...] deve estar sintonizado com o pluralismo e a diversidade”.

Os pesquisadores Girardi *et al* (2012, p. 137), em um estudo conjunto, identificam a ausência de um consenso que venha a definir e conceituar o JA, mas destacam que ele “extrapola a ideia de ser uma cobertura centrada nos assuntos de meio ambiente. A concepção é outra, independente, baseada na pluralidade de vozes e na visão sistêmica, para além de uma cobertura factual ou programada”. Assim, pode-se entender que o JA, embora centrado em uma temática, também circula por inúmeras editorias.

Para Bueno (2007, p. 36) o jornalismo ambiental precisa ser "engajado", "inter e multidisciplinar" e não pode ser fragmentado, em que o jornalista ambiental assume o compromisso de ser "parcial" e "consciente", pois é um profissional comprometido com a "luta pela qualidade [...] da vida", ou seja, "ele será militante sempre".

O jornalista ambiental pode exercer um papel de agente transformador. Sendo assim, a informação precisa ser bem trabalhada, contextualizada, comunicada e caracterizada por uma percepção holística, pois é através dela que a população toma ciência dos seus direitos e deveres, reconhecendo a interdependência entre os fenômenos que compõem o meio, o que corrobora com iniciativas para encontrar soluções aos problemas enfrentados pelos cidadãos, buscando uma melhor qualidade de vida (LOOSE, 2012).

Para Bueno (2007), o jornalismo ambiental desempenha três importantes funções: a informativa, que diz respeito às necessidades que as pessoas têm de se informar e estar em dia com os temas centrais que englobam o meio ambiente, tendo em vista que o modelo de vida adotado por elas afeta direta ou indiretamente o meio ambiente; a pedagógica, que parte da ideia de explicar as causas e também as soluções para os problemas ambientais e a forma para lidar com isto, considerando a participação ativa da população; e a política, onde os interesses ambientais estariam em primeiro plano, tornando as pessoas um importante fator para contrapor qualquer medida que possa agravar ainda mais a situação do planeta, isto é, monitorando e confrontando os governantes, que articulam e impõem propostas que privilegiam os interesses de poucos, comprometendo a vida de muitos.

Vale ressaltar que o jornalista ambiental precisa pensar de modo a sair do comodismo, se desprender da tática de apenas se preocupar em responder o famoso *lead*, segundo o que defende o jornalista e professor Michael Frome (2008), é preciso “pensar

no todo, com amplitude e perspectiva”. A forma de construir a cobertura sobre as temáticas ambientais pelos veículos de comunicação ainda precisa ser mais bem incorporada e isso vem sendo tratado em estudos brasileiros, embora de modo ainda fragmentado, principalmente sobre como as mudanças climáticas vêm sendo discutidas no cenário jornalístico brasileiro. (GIRARDI E LOOSE, 2017).

Assim, o exercício das práticas do jornalismo ambiental pode fomentar um olhar de autorreflexão para a sociedade sobre as suas atitudes, onde ela se perceba não como soberana da natureza, perpetuando um estilo de vida explorador e insustentável, mas que se reconheça como parte integrante, ao incorporar-se parte do meio ambiente, pois é isto que ela é.

O telejornalismo como um dos meios à conscientização ambiental

Conforme o pesquisador brasileiro Roberto Villar Belmonte (2017), a inserção do jornalismo ambiental no Brasil foi mais tardia se compararmos aos acontecimentos registrados em demais países pelo mundo. Na Europa, por exemplo, há registros da prática do JA no início da década de 1960, motivada pelos debates envolvendo os problemas ambientais. Ainda segundo o pesquisador, as discussões acerca de um jornalismo voltado às pautas ambientais tornaram-se mais evidentes em solo brasileiro nas últimas três décadas do século XX, quando passou a se desprender do sentido de ser um equivalente ou subgênero do jornalismo científico.

Seu marco histórico se deve, principalmente, ao evento sediado no Rio de Janeiro, em 1992, oficialmente chamado de Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), mas também conhecido como ECO-92, Rio-92 ou Cúpula da Terra. Apesar de toda a tensão vigente, o encontro conseguiu gerar sucessos consideráveis, compilados em vários acordos entre os países, como a Convenção sobre Mudanças Climáticas, a Convenção sobre a Preservação da Biodiversidade, a Agenda 21, a declaração sobre florestas etc.

Na época, para o jornalista Washington Novaes (2002), a ECO-92 chegou ao fim:

como a maior reunião de chefes de Estado já vista no nosso planeta, fosse qual fosse o motivo [...] a Rio-92 é um estrondoso êxito. Acendeu refletores em todo o planeta, iluminou os problemas, obrigou a debater soluções. Ainda que estas venham menos rapidamente do que se

desejaria, ninguém mais conseguirá impedi-las (NOVAES, 2002, p. 63, 66).

O debate acerca do aquecimento global está sendo considerado um assunto urgente, o relatório divulgado em agosto de 2021 pela Organização das Nações Unidas (ONU), através do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), alerta que certos danos causados pelas atividades humanas à natureza já podem ser considerados irreversíveis, então é crucial a participação integral e conjunta entre a sociedade civil, chefes de governo e empresas⁵.

As pesquisadoras Girardi e Loose (2017, p. 157) pontuam que é indispensável a participação dos meios de comunicação como agentes de “mediação” para que “o trabalho científico e as decisões sócio-políticas tornem-se públicas e para que a população tenha informações para enfrentar tais riscos”. Embora seja reconhecido que o jornalismo tenha suas próprias barreiras de atuação e não alcance e influencie o público ao ponto de causar uma ampla mudança de costumes e comportamento, não se pode ignorar o seu papel ao despertar, nas pessoas, o pensamento de emergência no que diz respeito às mudanças do clima (BOYKOFF, 2011 *apud* GIRARDI E LOOSE, 2017).

É prudente salientar que o jornalismo, ao provocar algum tipo de educação, trata-se daquela dita informal, sabendo-se, portanto, que a educação formal é função dos espaços formais de ensino, como escolas, universidades etc. (TRIGUEIRO, 2011, online). Com relação ao papel educativo desempenhado pelo jornalismo, Vizeu (2009, p. 80) considera, sobretudo referente ao campo do telejornalismo, a contribuição de maneira didática para que as pessoas sejam direcionadas a compreender o entorno das suas vidas. Essa “função pedagógica” a qual o autor se refere, é possível ser percebida principalmente no modo de trabalhar o texto que será transmitido para o público, ao se ter cuidado com a inserção de termos que serão melhor assimilados por essas pessoas e buscando formas de explicar certas conceituações, no intuito de que a comunicação seja estabelecida.

A educação voltada para o meio ambiente, ou seja, aquela que reconhece a relação sociedade-natureza e que possa vir a gerar o comprometimento com mudança de hábitos e sustentabilidade por parte da população, é tida como consequência das práticas do jornalismo ambiental, e uma das primeiras missões do exercício da profissão aponta para

⁵ Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/08/1759292>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2022.

a qualificação das informações, tendo como base os pressupostos discutidos sobre o JA (GIRARDI E LOOSE, 2017).

Sulaiman (2011, p. 647) aponta, em suas pesquisas, a mídia como um meio de favorecer e agendar temas relacionados aos problemas ambientais, destacam-se não apenas os que se enquadram como as mudanças climáticas, grandes catástrofes e aquecimento global, mas também aqueles que estejam associados à “biodiversidade, ambientalismo, sustentabilidade, cidadania ambiental”. Ao delimitar esse parâmetro comunicativo para a televisão e acompanhando a perspectiva de Trigueiro (2008), Silva (2016) salienta que boa parte dos brasileiros têm recorrido a esta mídia em específico como a única forma para obter informação. Estes dados convergem com o resultado final da Pesquisa Brasileira de Mídia, divulgada em 2016, pela Secretaria de Comunicação Social do Governo Federal⁶, onde é relatado que a televisão é a preferida nos lares brasileiros. A partir da realização de 15.050 entrevistas, cerca de três quartos dessas pessoas assistem diariamente aos conteúdos veiculados pela TV, sobretudo a Rede Globo.

Desde a época de sua inauguração no Brasil, na década de 1950⁷, a televisão vem conquistando e despertando, progressivamente, a curiosidade das pessoas, introduzindo-se aos espaços familiares, e um dos fatores que colaborou com esta emancipação diz respeito às imagens, que, em uma sociedade acostumada a ouvir, majoritariamente, apenas o rádio, acabou incorporando uma nova forma de comunicar e entreter. Logo, este elo audiovisual propiciou uma maior credibilidade à televisão, pois as pessoas ouviam e eram disponíveis a elas as imagens, como meio de comprovar o que estava sendo dito, essa relação terminou sendo refletida também nos telejornais (TEIXEIRA, 2014).

Traçando uma linha do tempo desde os anos 1970, Silva (2016) resgata esforços midiáticos no Brasil, em que canais televisivos, como a TV Globo, Rede Bandeirantes, TV Manchete, TV Cultura e outros, através de documentários, reportagens, programas especializados etc., buscaram promover e veicular conteúdos de cunho ambiental.

A jornalista Eliane Lima (online) defende que o fato da população estar mais consciente acerca dos problemas ambientais esteja relacionado a uma alta na cobertura desempenhada pela mídia, levando em consideração que esse trabalho não é exercido

⁶ Disponível em: <https://www.abap.com.br/wp-content/uploads/2021/06/pesquisa-brasileira-de-midia-2016.pdf>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2022.

⁷ “A televisão brasileira foi inaugurada em 18 de setembro de 1950 com a TV Tupi-Difusora, emissora pertencente ao grupo Diários Associados, a maior empresa jornalística da época, liderada por Assis Chateaubriand” (TEIXEIRA, 2014, p.22)

unicamente pelos meios de comunicação, mas sim, ressalta ser um esforço conjunto associado às ONGs que prestam serviços ao meio ambiente e governos que demonstram preocupação com esta temática, ambos insatisfeitos com a degradação ambiental.

Metodologia

O Jornal Nacional (JN), veiculado na TV Globo, emissora consolidada em números de telespectadores no Brasil⁸, é transmitido de segunda-feira a sábado, com uma média de 45 minutos de duração. Ele é classificado como o telejornal de maior audiência do horário nobre, segundo pesquisa divulgada pelo Kantar Ibope Media⁹.

Para este trabalho, analisou-se três semanas diferentes do JN, duas compreendidas no mês de novembro de 2021 e uma delas em fevereiro de 2022, utilizando como metodologia o Estudo de Caso. Partindo de um roteiro de observação, estruturamos, ordenamos e descrevemos os dados coletados para, em seguida, cruzá-los e inferi-los. Ao aplicar o estudo de caso, é possível investigar “um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas” (YIN, 2001, p. 32 apud BARROS E DUARTE, 2005, p. 216).

A primeira semana de programação do JN analisada ocorre simultaneamente à 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática (doravante COP-26)¹⁰, enquadrando-se nos dias 1 a 6 de novembro de 2021, de segunda a sábado, em que houve o interesse em verificar se o telejornal produziu um maior número de pautas ambientais em comparação aos demais períodos seguintes observados. A segunda semana estudada está situada entre os dias 15 e 20 de novembro, em que já se dava por encerrada a COP-26, na qual se procura, portanto, averiguar se o JN continuou com as pautas ambientais ou se a cobertura entrou em fase de declínio. Já a terceira semana está mais distante do

⁸ De acordo com dados da própria Rede Globo, o sinal da emissora já alcança quase 100% de todos os telespectadores do Brasil, totalizando 204,3 milhões de brasileiros. Disponível em: <https://gente.globo.com/infografico-pesquisa-globo-relevancia-onde-voce-quiser/>. Acesso em: 01 de março de 2022.

⁹ Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/audiencia-do-horario-nobre-15-mercados-27-12-a-02-01-2022/>. Acesso em: 01 de março de 2022.

¹⁰ Sediada em Glasgow, na Escócia, a conferência transcorreu entre os dias 31 de outubro a 13 de novembro de 2021.

evento, ela compreende os dias 7 a 12 de fevereiro de 2022 e foi escolhida mediante um cenário em que não se registra a ocorrência de qualquer grande acontecimento que impulse a pauta ambiental para o noticiário.

A descrição das edições do Jornal Nacional a partir dos recortes das semanas acima descritas, possuem como finalidade uma explanação de forma mais geral sobre a abordagem do telejornal, acentuando alguns aspectos de relevância que ajudam a compreender a dinâmica das reportagens. Primeiramente, destaca-se o fato de que em todos os dias analisados houve a ocorrência de pelo menos uma pauta ambiental, isto é, em maior ou menor número, o Jornal Nacional, seja em reportagens ou notas, levou ao público informações de cunho ambiental.

Em comparação aos demais períodos, houve um maior espaço dedicado ao tema na primeira semana, isso se explica principalmente devido à realização da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Climática, na Escócia. Em algumas reportagens dos primeiros dias analisados, há o alerta para os riscos de aquecer ainda mais o planeta, como isso afetaria a Terra e as pessoas de todo o mundo, tecendo explicações referentes aos modelos econômicos atuais, que são insustentáveis e agravam o problema, discussões acerca da nova meta brasileira para a redução dos gases do efeito estufa (GEE) e as formas alternativas para mudar o cenário, ao se apropriar, sobretudo, de energias limpas e renováveis. Tem-se uma conexão entre os fatos, na busca para demonstrar como um aspecto interfere no outro e, de acordo com Girardi e alguns colaboradores (2012, p.139), ao se divulgar sobre as notícias ambientais, há possibilidade de “novas percepções sobre os impactos sentidos no dia a dia e serve como motivação para a busca de alternativas”.

Embora haja uma maior predominância de vozes de autoridades políticas e científicas, foi percebido que as reportagens buscam não apenas o posicionamento dessas pessoas, mas também o olhar minucioso dos que precisam do equilíbrio da terra para sobreviver, como, por exemplo, os indígenas, sendo possibilitada a ampliação do debate. A não fixação às fontes denominadas como oficiais, mas, sim, a abertura para a pluralidade de vozes possibilita uma discussão mais democrática, permitindo, como o que foi fundamentalmente proposto por Bueno (2007), que as pessoas que vivem em determinado contexto possam contribuir com as decisões e soluções que afetam as suas próprias vidas.

Este pressuposto do jornalismo ambiental foi equilibrado quando o Jornal Nacional trouxe reportagens de denúncias, nos primeiros dias da segunda semana

analisada, sobre como os crimes ambientais provocados na Floresta Amazônica, atrelados à negligência em assistência sanitária pelas autoridades de saúde, estavam provocando várias doenças e óbitos na comunidade indígena Yanomami, em Roraima. A equipe de reportagem trouxe a visão e opinião dos principais envolvidos nessa discussão, os indígenas Yanomami, com uma cobertura que durou a metade da semana. Porém, vale reforçar que este espaço destinado às várias vozes ainda não se equipara em todas as reportagens do telejornal.

Algumas das reportagens veiculadas apresentam fragmentação em sua cobertura, em que um certo encaminhamento acaba recebendo mais atenção, esquecendo de abordar outros fatores importantes. Por exemplo, na matéria que trata sobre a decisão da permanência na utilização das termelétricas pelas autoridades políticas, veiculada no dia 3 de novembro de 2021, poderia também ter sido abordada a não escolha do governo por soluções de energia limpa e renovável. Outra reportagem exibida e não contemplada com ampla contextualização, que foi ao ar no dia 4 de novembro de 2021, se refere ao crescente desmatamento devido à expansão sem estrutura das cidades, resultando no surgimento de loteamentos clandestinos e favelas. Não foram explicadas, por exemplo, quais medidas poderiam ser tomadas para evitar que isso aconteça ou até mesmo sobre remover as pessoas destes locais, tendo em vista que muitas delas habitam locais com alto risco de deslizamentos.

Também houve um fechamento focal na matéria sobre o mosquito *aedes aegypti*, exibida no dia 15 de novembro de 2021. Trouxeram informações sobre o inseto e as doenças causadas por ele, formas de prevenção e a importância do trabalho conjunto entre agentes de saúde e população, mas poderia ter sido inserida uma abordagem a partir da perspectiva dos impactos das ações humanas e aquecimento global, onde se propicia uma maior abertura para a disseminação de doenças transmissíveis, principalmente por mosquitos, ao se desmatar florestas e também devido ao aumento da temperatura global, já que o mosquito prefere climas mais quentes.

Numa outra reportagem, em 11 de fevereiro de 2022, no que se refere ao desmatamento na Amazônia, que bateu recorde em janeiro de 2022, as causas para este problema ambiental foram bem discutidas, porém as suas consequências, não. Estes exemplos citados servem para apontar a ausência de uma sistematização ampla das abordagens feitas. A reportagem que é caracterizada por uma perspectiva sistêmica tem maiores condições de dar conta de discutir o assunto principal e correlacioná-lo a outros

fenômenos, proporcionando trabalhar, na concepção de Belmonte *et al.* (2020, p.283) com as “causas, consequências e possíveis soluções”. Portanto, nesses casos, também é ressaltada a importância de se ter um maior número de fontes que possibilitem o aprofundamento do tema tratado e democratização do debate.

Nas reportagens referentes ao contexto da COP-26, a relação entre as causas do aquecimento global, consequências deste fenômeno e soluções para se reduzir os problemas que assolam o planeta foram bem explicadas, como mencionado anteriormente, inclusive apresentando iniciativas feitas no Brasil no intuito de limitar os impactos causados pelas mudanças do clima e também para o meio ambiente. Entretanto, houve certa carência em demonstrar estas soluções de forma mais tangível para o telespectador, ou seja, maneiras do cidadão comum em geral atuar para combater a emissão em massa dos GEE. Princípio este discutido pelo mini manual elaborado pelos Grupos de Pesquisa Estudos de Jornalismo, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), e Jornalismo Ambiental, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), destinado a orientar jornalistas a exercer uma cobertura para as mudanças climáticas com qualidade. Salienta-se, então, a importância em difundir informações sobre iniciativas feitas pelos próprios cidadãos

Esta perspectiva ficou mais perceptível numa reportagem veiculada no dia 19 de novembro de 2021, que se ocupa em informar sobre o projeto de plantio de pequenas mudas, em Goiânia, atendo-se à importância de um local bem arborizado para contribuir com a qualidade de vida dos seres que habitam a região. Foi explorado como isso pode ser feito, ressaltando os benefícios atribuídos às árvores, como responsáveis por auxiliar na diminuição da poluição e manutenção e equilíbrio da temperatura local.

Considerações finais

A discussão apresentada aponta que o jornalismo voltado para o meio ambiente extrapola à fragmentação de uma editoria, por possuir propriedades transversais e multidisciplinares. A análise realizada, apontou que, com um maior número de pautas ambientais que se caracterizam pela relação do meio ambiente com aspectos econômicos, gestão de políticas públicas ambientais, efeitos de fenômenos meteorológicos extremos, mudanças climáticas e crimes ambientais, principalmente o desmatamento ilegal, o Jornal Nacional pautou, durante todas as edições, o tema meio ambiente.

Como foi apontado durante a fase de cruzamento dos dados coletados, houve maior predominância no que diz respeito ao espaço destinado às pautas ambientais no primeiro período observado, justificado pela COP-26, e elas não se detiveram apenas em informar sobre a realização da conferência, conteúdos alternativos também foram veiculados. Diante destas colocações, é possível chegar ao entendimento de que conteúdos associados ao meio ambiente vêm assegurando seu lugar na programação do telejornal de maior audiência no Brasil.

Durante a análise, verificou-se também que há diferentes formas de abordar estas pautas pelo JN. Ainda que algumas delas tragam uma perspectiva sistêmica e transversal, introduzindo concepções sobre causas, consequências e possíveis soluções, algumas matérias ainda são fragmentadas pela falta de amplitude focal e aprofundamento. Lembrando que a sistematização permite ao telespectador assimilar a interdependência entre o ser humano e a natureza, como o primeiro elemento age sobre o outro e vice-versa. O JA, mesmo que tenha seu direcionamento voltado para o meio ambiente, ainda alcança e se relaciona com outras editorias, como política, saúde, economia etc., e é esse caráter que desperta na área ambiental a sua transversalidade.

Vale ressaltar também alguns pressupostos do jornalismo ambiental que precisam ser mais bem incorporados para este tipo de cobertura, como o emprego de uma abordagem que evidencie em maiores proporções a relação dos assuntos tratados ao cotidiano do telespectador. Afinal, quando se tem um problema batendo à sua porta, é mais fácil tomar iniciativas para transformar comportamentos.

Entretanto, é importante pontuar que, apesar das zonas ainda restritas, o fato de que o bom jornalismo ambiental está conseguindo alcançar, aos poucos, esses espaços, é parte, especialmente, do esforço de jornalistas que se comprometem a favor da vida, em pregar a relevância do meio ambiente e emergência da sua preservação. Eles possuem um papel fundamental ao contribuir para a mudança de uma nova percepção de pensamento, a quebra de um paradigma para uma nova realidade, sendo possível o despertar de uma recém-construída consciência ambiental.

Referências

AMARAL, M. F.; GIRARDI, I. M. T.; LOOSE, E. B (Orgs.). **Minimanual para a cobertura jornalística das mudanças climáticas**. Santa Maria/RS: FACOS-UFSM, 2020. 52 p. (Recurso eletrônico). Disponível em:

<https://www.ufsm.br/editoras/facos/minimanual-para-a-cobertura-jornalistica-das-mudancas-climaticas/>. Acesso em: 10 de março de 2022.

AUDIÊNCIA do horário nobre – 15 Mercados – 27/12 a 02/01/2022. **Kantar Ibope Media**, 2022. Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/audiencia-do-horario-nobre-15-mercados-27-12-a-02-01-2022/>. Acesso em: 01 de março de 2022.

BARROS, Antônio; DUARTE, Jorge. (Orgs.). **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo, SP: Atlas, 2005.

BELMONTE, Roberto Villar. Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro. **Revista Brasileira de História da Mídia**, *online*, vol. 6/ nº 2, jul./dez. 2017.

BELMONTE, Roberto Villar. **O jornalismo ambiental: Três perspectivas em cinco décadas de especialização no Brasil megadiverso**. 2020. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2020.

BELMONTE, R. V.; GIRARDI, I. M. T.; LOOSE, E. B.; MASSIERER, C.; STEIGLEDER, D. G. A contribuição do princípio da precaução para a epistemologia do Jornalismo Ambiental. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**. 2020 abr./jun.; 14(2): 279-91. Disponível em: A contribuição do princípio da precaução para a epistemologia do Jornalismo Ambiental | Girardi | Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde (fiocruz.br). Acesso em: 13 de março de 2022.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 15, p. 33-44, jan./jun. 2007.

BUENO, Wilson da Costa. Jornalismo especializado: resgatando conceitos e práticas. *In*: BUENO, W. da C.; SANTOS, M. dos (Orgs.). **Jornalismo especializado no Brasil: teoria, prática e ensino**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2015. p. 279-301.

FROME, Michael. **Green Ink: uma introdução ao jornalismo ambiental**. Tradução: Paulo Roberto Maciel. Editora UFPR. 2008.

GERAQUE, Eduardo Augusto. Perceber a biodiversidade: jornalismo e ecossistemas parecem (mas não são) elos perdidos. *In*: BOAS, Sergio Vilas (Org.). **Formação e informação ambiental: jornalismo para iniciados e leigos**. São Paulo: Summus, 2004, P. 79-110.

GIRARDI, I. M. T.; SAFT, N. S.; STEIGLEDER, D. G. **O jornalismo ambiental como agente da mudança de pensamento no contexto da emergência climática**. REYES, R. F.; CHÁVEZ, R. M.; CANO, D. R. (Orgs.). La comunicación del cambio climático, una herramienta ante el gran desafío. Madrid: Dykinson, 2021. p. 165-182. *E-book*.

GIRARDI, I. M. T; LOOSE, E. B. O Jornalismo Ambiental sob a ótica dos riscos climáticos. **Interin**. v. 22, n. 2, jul./dez. 2017.

GIRARDI, I. M. T.; LOOSE, E. B.; MASSIERER, C.; SCHWAAB, R. T. Caminhos e descaminhos do jornalismo ambiental. **C&S** – São Bernardo do Campo, v. 34, n. 1, p. 131-152, jul./dez. 2012

GLOBO. **Gente**, 2021. Relevância onde você quiser: o que acontece na Globo, não fica só na Globo. Disponível em: <https://gente.globo.com/infografico-pesquisa-globo-relevancia-onde-voce-quiser/>. Acesso em: 01 de março de 2022.

LIMA, Eliane de Souza. A importância da mídia na conscientização ambiental. **Portal do Jornalismo Científico**. Disponível em: http://www.jornalismocientifico.com.br/jornalismocientifico/artigos/jornalismo_ambiental/artigo2.php. Acesso em: 07 de fevereiro de 2022.

LOOSE, Eloisa Beling. Análise de discursos especializados em meio ambiente: como o jornalismo ambiental pode contribuir para um novo olhar. **Razón y Palabra**, *online*, n. 79, mai./jul. 2012.

MORAL, Javier Fernández del; RAMÍREZ, Francisco Esteve. **Fundamentos de la información periodística especializada**. Madrid: Editorial Síntesis, 1993.

NOVAES, Washington. **A década do impasse: da Rio-92 à Rio+10**. São Paulo: Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2002.

“RELATÓRIO” do IPCC é um código vermelho para a humanidade”. **ONU News**, 9 de agosto de 2021. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2021/08/1759292>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2022.

RELATÓRIO do IPCC prova “o fracasso da liderança global sobre o clima”. **ONU News**, 28 fev. 2022. Clima e Meio Ambiente. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/02/1781142>. Acesso em: 14 de março de 2022.

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL. **Pesquisa Brasileira de Mídia – 2016: relatório final**. Distrito Federal, 2016. Disponível em: <https://www.abap.com.br/wp-content/uploads/2021/06/pesquisa-brasileira-de-midia-2016.pdf>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2022.

SILVA, Eutalita Bezerra da. **Meio ambiente no Telejornalismo: Efeitos de sentido sobre preservação no Nordeste Viver e Preservar**. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2016.

SULAIMAN, Samia Nascimento. Educação Ambiental, sustentabilidade e ciência: o papel da mídia na difusão de conhecimentos científicos. **Ciência e Educação**. Cidade Universitária, SP. v. 17, n. 3, p. 645-662, 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5274032>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2022.

TAVARES, F de M. B. A especialização jornalística como teoria e objeto: contornos e limites. **Revista Comunicação Midiática**, v.7, n.1, p.96-116, jan./abr. 2012.

TEIXEIRA, Antonio Carlos. Em nome do bem comum: a comunicação como meio para ampliar e valorizar ações de conscientização socioambiental. **Razón y Palabra**, online, n. 79, mai./jul. 2012.

TEIXEIRA, Taís Garcia. **Jornalismo Ambiental**: a sua história e conceito no contexto social. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2014.

TRIGUEIRO, André. "A mídia deve ser o norte da bússola", diz Trigueiro. Youtube, 5 out., 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Pvm8cQGSrcY>. Acesso em: 23 de fevereiro de 2022.

TRIGUEIRO, André. Meio Ambiente na Idade Mídia. *In*: **Meio Ambiente no século 21**. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

VIZEU, Alfredo. O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica. **Revista Famecos**, Porto Alegre, nº 40, p. 77-83, dez. 2009. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/6321>. Acesso em: 31 de março de 2022.